

Sintomas doentios

O Congresso Nacional, pelo menos na atual legislatura, sofre de esclerose com forte vocação suicida, afirmou o ex-ministro da Fazenda e atual candidato da coligação PSDB/PFL/PTB à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso. Com a ressalva de que inclinação ao suicídio não é uma vocação mas uma patologia que se manifesta nos casos de distúrbios mentais, como a psicose maníaco-depressiva, que se caracteriza pela alternância de períodos de excitação aguda com os de depressão profunda.

A julgar pelos acontecimentos — talvez se devesse dizer pelo comportamento dos parlamentares na atual legislatura — o diagnóstico mais apropriado não seria o de psicose maníaco-depressiva. Sem procurar usurpar o papel dos psicanalistas e psiquiatras, pode-se sugerir que o mal que afeta o Congresso parece ser outro: a esquizofrenia, termo que significa literalmente mente dividida e se caracteriza, conforme o Dicionário de Psicologia e Psicanálise de Álvaro Cabral, por “uma acentuada perda de contato com a realidade (dissociação), grave divisão ou fragmentação da personalidade, formação de um mundo conceptual excessivamente determinado pelo sentimento (autismo) e ocorrência de sintomas que assinalam uma deterioração progressiva”.

A descrição acima, se dissociada do contexto individual, parece descrever o que vem ocorrendo no Legislativo. Desde logo, não se trata afirmar que cada deputado ou senador estaria melhor instalado numa clínica que no Congresso, mas de comentar o comportamento dos parlamentares em seu conjunto, algo inteiramente diverso da soma dos indivíduos que o compõem. Feita a ressalva, pode-se retomar a imagem, afirmando que não é difícil constatar nas decisões e atitudes da Câmara e do Senado (e reunidos, do Congresso) típicas do comportamento esquizóide que nos indivíduos se situa próxima ou antecede a anormalidade, manifestando-se sob a forma de um afastamento dos contatos com o mundo exterior e

o ensimesmamento.

Como exemplos de atitudes que revelariam a esclerose e a tendência suicida do Congresso, o senador-candidato Fernando Henrique Cardoso, conforme reportagem publicada pelo Jornal de Brasília, na edição de ontem, apontou a pífia revisão constitucional, a negativa de cassar boa parte dos denunciados pela CPI do Orçamento e, por fim, a rejeição da proposta do Tribunal Superior Eleitoral de utilização de duas urnas nas eleições de outubro próximo.

O comportamento do Congresso Nacional tem efetivamente alternado-se entre situações opostas e mutuamente excludentes. No caso da revisão, é claro que havia uma minoria que, sem entrar no mérito de sua opção, foi coerentemente contra a realização da mesma e tratou de obstruí-la durante sua realização. O problema se manifestou na maioria, que lutou para que a revisão ocorresse e depois não só dela desinteressou-se, mas também, em muitos casos, votou contra as alterações, como se o objetivo não fosse alterar a Constituição, mas ratificá-la.

O caso das cassações é mais delicado. Como se afirmou em outros editoriais, a CPI apurou irregularidades gravíssimas e apontou aqueles que considerou responsáveis por elas. Estes não foram julgados pelas irregularidades em si, mas sim se seu comportamento era compatível ou não com o decoro parlamentar. A questão foi tangenciada em muitos casos e em outros a decisão foi negativa. O fato é que antes das absolvições praticamente nenhum parlamentar defendia como aceitáveis os fatos denunciados. Nas votações, contudo, ao absolver os acusados em alguns casos a despeito de provas irrefutáveis, implicitamente fazia-se o contrário. O caso das urnas é mais complexo, pois os argumentos contrários a essa medida têm seus fundamentos. A verdade é que visto em seu comportamento cotidiano, o Congresso Nacional tem alternado momentos de excitação e depressão, de divisão com perda de contato com a realidade e de ensimesmamento.